



Turismo: reflexões e desafios

Queila Pahim da Silva
organizadora



Pantanal Editora

2021

Queila Pahim da Silva
Organizadora

**TURISMO:
REFLEXÕES E DESAFIOS**



Pantanal Editora

2021

Copyright® Pantanal Editora
Copyright do Texto® 2020 Os Autores
Copyright da Edição® 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora

Edição de Arte: A editora. Imagens de capa e contra-capa: Canva.com

Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandris Argentel-Martínez – Tec-NM (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI

- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Esp. Camila Alves Pereira
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T938	Turismo: reflexões e desafios [recurso eletrônico] / Organizadora Queila Pahim da Silva. – Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2021. 160p. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-88319-41-3 DOI https://doi.org/10.46420/9786588319413 1. Turismo – Pesquisa – Brasil. 2. Lazer. I. Silva, Queila Pahim da. II. Título. CDD 338.4791
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos e-books e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es) e não representam necessariamente a opinião da Pantanal Editora. Os e-books e/ou capítulos foram previamente submetidos à avaliação pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação. O download e o compartilhamento das obras são permitidos desde que sejam citadas devidamente, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais, exceto se houver autorização por escrito dos autores de cada capítulo ou e-book com a anuência dos editores da Pantanal Editora.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
 Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

O turismo é uma atividade econômica, social, cultural, ambiental e política que se consolidou como fenômeno social em todo o mundo e que acarreta profundas transformações no cotidiano das pessoas e do meio ambiente. Deste modo, é imprescindível conhecer e refletir sobre seus inúmeros desafios e potencialidades.

No intuito de apresentar pesquisas na área, esta obra reúne trabalhos acadêmicos de autores de várias partes do Brasil e de Portugal, que trazem seu olhar sobre questões inerentes à atividade turística num contexto anterior e corrente da pandemia do novo coronavírus, abordando temas como cultura, religiosidade, preservação de patrimônio natural e imaterial, governança, destinos inteligentes, política pública do mapa da turismo brasileiro, acessibilidade e gestão de eventos culturais em uma organização pública.

No primeiro capítulo expõe-se a festa de São Benedito e São Sebastião, na vila de Itaúnas, no Estado do Espírito Santo, como forma de valorizar as manifestações culturais e religiosas dessa localidade, que tem neste evento um potencial turístico a ser apreciado e incentivado.

O segundo capítulo apresenta o caso da Ilha do Porto Santo, uma micro ilha pertencente ao Arquipélago da Madeira, situado na costa portuguesa, que possui no turismo, sua única fonte de renda. Os autores trazem uma reflexão sobre os conceitos de *smart tourism* e *smart islands*, como alternativa para a diversificação da economia e preservação ambiental da localidade.

No terceiro capítulo, mostra-se o chafariz da Praça Dom Joaquim na cidade de Conceição do Mato Dentro, município de Minas Gerais (Brasil), avaliando as representações que estiveram imbricadas na construção deste monumento, inaugurado em 1825. É objetivo do trabalho analisar as diferentes representações e alegorias que envolveram a execução e a configuração desta obra a fim de promover uma ação educativa com novas abordagens para a sua avaliação e análise.

O quarto capítulo descreve uma proposta conceitual para o desenvolvimento e a inclusão de sindicatos na governança em destinos turísticos inteligentes e demonstra a relação direta entre as tecnologias, a inovação e a sustentabilidade para que uma cidade possa se tornar um destino turístico inteligente.

O quinto capítulo tem como tema o mapa do turismo brasileiro, dando ênfase aos elementos necessários para um município fazer parte desta política pública. Como objetivo central, o estudo buscou analisar como o município de Filadélfia, Tocantins, vem respondendo ou correspondendo às necessidades das políticas públicas de turismo no tocante ao processo de categorização dos municípios para compor o mapa do turismo brasileiro.

O sexto capítulo é uma reflexão de diversos trabalhos relacionados com a temática da acessibilidade, caracterizando-se como um estudo preliminar no contexto do turismo acessível em Brasília.

Apresenta um ranking feito pelos autores, dos espaços de lazer para a prática de turismo acessível em Brasília, avaliando alguns de seus principais atrativos turísticos.

No sétimo capítulo, é analisada as relações existentes entre práticas turísticas e sustentabilidade na Orla Pôr do Sol e Crôa do Goré (Aracaju/SE) através dos modelos de análise da sustentabilidade Pressão-Estado-Resposta e Barômetro de Sustentabilidade do Turismo. Os resultados apontam um retrato positivo da sustentabilidade na área de estudo.

Já o oitavo capítulo suscita questionamentos na relação turismo, espaço urbano e lazer, especialmente no que se refere às relações estabelecidas entre os moradores e os espaços de convivência e cidadania, apresentando o caso das diferentes formas de uso e apropriação das áreas públicas de lazer no município de São Bernardo, Maranhão.

E por fim, o nono capítulo discorre sobre a gestão de eventos culturais em uma organização pública da região sudeste brasileira e a relação desse tipo de evento para o fomento do turismo nas localidades que os sediam.

Espera-se que os trabalhos aqui apresentados fomentem reflexões sobre os desafios que o turismo enfrenta, a fim de auxiliar em novas pesquisas e na sensibilização sobre a urgente necessidade de mudança de atitude dos gestores, comunidade local e visitantes em relação à correta preservação, gestão e utilização das localidades turísticas.

Boa leitura!


SUMÁRIO

Apresentação	4
Sumário	6
Capítulo I	7
Cultura, religiosidade, tradição e turismo no norte capixaba: a festa de São Benedito e São Sebastião na vila de Itaúnas, ES	7
Capítulo II	23
Turismo e mono indústria, a emergência da mudança - O caso da Ilha do Porto Santo - Contributo para a Recuperação da Economia das Ilhas	23
Capítulo III	37
Turismo e Patrimônio Material: o caso do Chafariz com representação de indígenas em Conceição do Mato Dentro – Minas Gerais (Brasil)	37
Capítulo IV	53
Governança em destinos turísticos inteligentes: Uma proposta conceitual incluindo os sindicatos	53
Capítulo V	76
Estudo sobre a acessibilidade em atrativos turísticos de Brasília (DF)	76
Capítulo VI	89
Mapa dos municípios turísticos brasileiros: um estudo sobre a cidade de Filadélfia/TO	89
Capítulo VII	109
Práticas Turísticas e Sustentabilidade na Orla Pôr do Sol e Crôa do Goré (Aracaju/SE)	109
Capítulo VIII	129
Áreas urbanas e vivências comunitárias: um estudo de caso do município de São Bernardo, Maranhão	129
Capítulo IX	145
Eventos culturais em um órgão público: uma abordagem interdisciplinar entre Comunicação e Turismo	145
Índice Remissivo	158

Turismo e mono indústria, a emergência da mudança - O caso da Ilha do Porto Santo - Contributo para a Recuperação da Economia das Ilhas

Recebido em: 28/09/2020

Aceito em: 06/10/2020

 10.46420/9786588319413cap2

Luiz Pinto Machado^{1*} 

António Almeida² 

INTRODUÇÃO

As ilhas oferecem sem dúvida alguns dos lugares mais belos e inóspitos do planeta. Destacam-se não só pelas paisagens magníficas, águas quentes e cristalinas que vão compondo areais dourados e cordões dunares onde a diversidade de habitats naturais marcam notáveis contornos do seu litoral, mas também pelas suas culturas mescladas de povos que ali foram aportando ao longo dos séculos. No caso das Ilhas Portuguesas, particularmente as que compõem o Arquipélago da Madeira, destacam-se a Ilha da Madeira com cerca de 750 km² e cerca de 30.000 camas Hoteleiras e a pequena ilha do Porto Santo com 42 km², que ainda assim, acomoda cerca de 5000 habitantes e 7000 camas de Hotel. Graças à localização geográfica privilegiada e ao relevo montanhoso, estas ilhas apresentam um clima surpreendentemente ameno com temperaturas médias de 25°C no verão e 17°C no inverno, propícias ao desenvolvimento de uma floresta luxuriante, reconhecida pela UNESCO como património mundial natural. A temperatura do mar, influenciada pelas correntes quentes do Golfo, é igualmente amena, registando temperaturas médias de 22°C no verão e 18°C no inverno.

A apenas uma hora e meia de voo da capital, Lisboa, ambas atraem milhares de turistas todos os anos, particularmente oriundos do continente Português, Reino Unido e Alemanha.

Os registos de fluxos turísticos revelam generosas movimentações na Ilha da Madeira a partir do séc. XIX, conferindo-lhe o direito de ser considerado um dos mais antigos destinos turísticos do mundo. Este paraíso atlântico pertencente à rede Natura 2000, com uma área significativa considerada pela UNESCO, tem conquistado vários “*World e European Travel Awards*” entre outros, como melhor destino do mundo (categoria Ilhas), melhor qualidade, melhores hotéis e serviços etc.

¹ Universidade da Madeira, Departamento de Economia e Gestão, Campus da Penteadá 9020-115 Funchal Ilha da Madeira.

² Universidade da Madeira, Departamento de Economia e Gestão, Campus da Penteadá 9020-115 Funchal Ilha da Madeira.

* Autor de correspondência E-mail:luizpintomachado@gmail.com

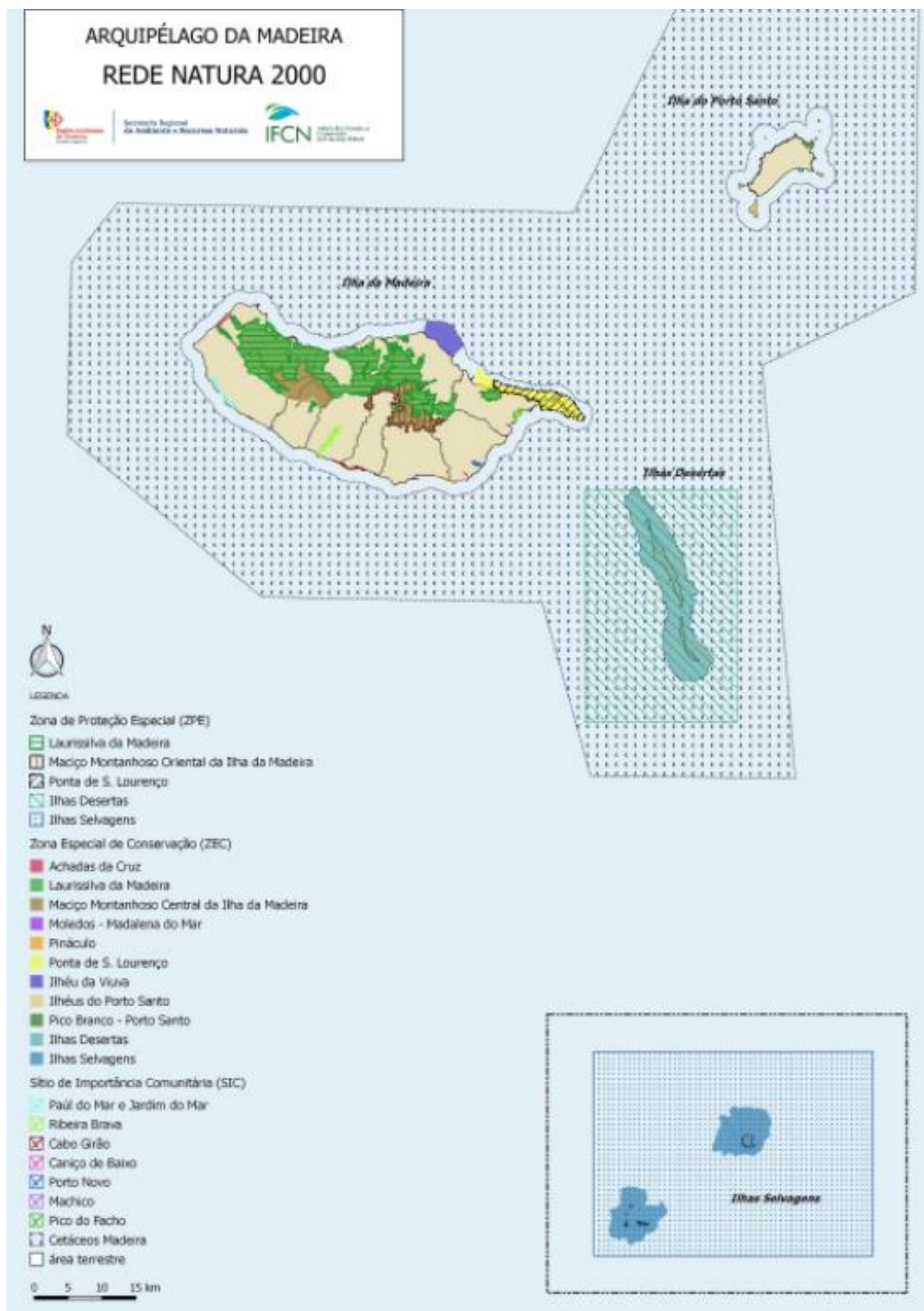


Imagem 1. Mapa do Arquipélago da Madeira – Rede Natura 2000. Fonte: Instituto das Florestas e Conservação da Natureza (IFCN)

O turismo tem sido tradicionalmente considerado o instrumento quase ideal para dinamizar a economia das ilhas (Machado; Almeida, 2012). No entanto, a tendência crescente de desastres naturais em pequenas ilhas é bem evidente, e o aquecimento global levará a um aumento dramático na vulnerabilidade das infra-estruturas costeiras e turísticas baixas (Okuyama, 2018).

As ilhas atlânticas, frágeis por natureza, foram atormentadas nas últimas décadas por acontecimentos relativamente frequentes, deixando rastros de destruição e uma imagem extremamente danosa do destino.

Quadro 1. Principais indicadores socioeconômicos da Ilha do Porto Santo. Fonte: Pordata.

	2010		2018	
	Porto Santo	Portugal	Porto Santo	Portugal
População residente	5,437	10,573,100	5,175	10,283,822
Superfície em km²	42.6	92,211.9	43.0	92,225.6
Densidade populacional	127.6	114.7	120.3	111.5
número médio de indivíduos por km ²				
Jovens (%)	15.7	15.2	13.5	13.8
menos de 15 anos				
População em idade activa (%)	72.8	66.3	73.3	64.6
15 aos 64 anos				
Idosos (%)	11.5	18.5	13.3	21.7
65 e mais anos				
Índice de envelhecimento	73	122	98	157
idosos por cada 100 jovens				
População estrangeira (2)	423	443,055	299	477,472
População estrangeira em % da população residente (2)	7.8	4.2	5.8	4.6
Nascimentos (3)	69	101,381	29	87,020
Óbitos	39	105,954	48	113,051
Taxa de mortalidade infantil (‰)	0.0	2.5	0.0	3.3
óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade por cada 1000 nascimentos				
Diferença entre os nascimentos e os óbitos	30	- 4,573	- 19	- 26,031
saldo natural				
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, €	1,052	1,075	1,143	1,167

Pensões da Segurança Social e da CGA em % da população residente	29	39	36	40
com 15 e mais anos				
Desempregados inscritos nos centros de emprego em % da população residente	9	8	-	5
com 15 a 64 anos				
Crimes registados pelas polícias por mil habitantes	22.8	40.1	21.5	32.4
Consumo de energia eléctrica por habitante (kWh)	6,022.5	4,776.8	-	-
Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg)	110.4	76.2	371.2	103.5
Despesas do município em ambiente (%)	23	8	6	8
Alojamentos turísticos (6)	13	2,011	⊥ 72	⊥ 6,868

A Ilha da Madeira não foi exceção, depois da tempestade de 20 de fevereiro de 2010, ainda hoje com marcas visíveis, a ilha voltou a sofrer um incêndio de dimensões sem precedentes em agosto de 2016, aterrorizando a população e turistas que rapidamente ajudaram a divulgar a notícia pelo mundo. Os ventos fortes e as temperaturas altíssimas muito acima do normal empurraram as chamas para a cidade, povoada por prédios antigos e pedaços de terreno maltratados que funcionaram como um rastilho para tornar a cidade um inferno de chamas. A subavaliação inicial do risco e a clara falta de preparação para tais eventos ajudaram e o caos se instalou por vários dias. O impacto económico destes episódios, os prejuízos registados pelos empresários locais e a recuperação da imagem do destino é algo que pode levar anos para se recuperar. A juntar a estes factos, impõem-se os resultados do Covid 19, a pandemia que está a devastar a economia do mundo e que não poupa as Ilhas da Madeira e Porto Santo e que por esta razão não conseguem resistir à falta de turistas.

As pequenas ilhas possuem altos níveis de biodiversidade costeira e marinha (Figura 1). Neste sentido, qualquer atividade prejudicial acarreta perdas insustentáveis em termos de qualidade dos sistemas ecológicos, económicos e sociais.

Como consequência, a maior preocupação reside no facto de se verificar, em geral, uma grande concentração da atividade económica num só setor, no caso da Madeira e Porto Santo: o Turismo!

Existem por isso, algumas reservas quanto á sustentabilidade do turismo enquanto mono indústria em muitas ilhas.

Por várias décadas, as preocupações conservacionistas de curto prazo foram vistas como primordiais face às preocupações de longo prazo e nunca se vislumbrou um modelo de governação capaz

de aproveitar o tempo do progresso económico e dos generosos fundos comunitários para se investir num futuro menos dependente do turismo.

Nesta altura, apesar das condições serem menos favoráveis, estamos muito a tempo de encarar esta circunstância do impacto económico do Covid 19 e da abrupta quebra do turismo, como um sinal dos tempos para se promover a mudança. Antes que seja tarde, a retração desta mono indústria (ou o seu ajustamento) ainda pode funcionar como pressão positiva para trilhar um novos percursos no sentido da diversificação económica.

Esta situação alarmante, despoleta a preocupação de encontrar alternativas capazes de reduzir impactos desta natureza e equilibrar a Economia das Ilhas.

O presente trabalho apresenta uma visão daquilo em que se poderá tornar a economia da pequena Ilha do Porto Santo, começando por realizar um diagnóstico da situação presente, abordando as forças e fraquezas do território em estudo, considerando documentos estratégicos existentes, notícias e informações da mídia, bem como registo de opiniões de governantes, empresários e residentes locais. O texto inicia-se com uma Introdução, seguindo-se um enquadramento teórico e discussão, abordando o tema “turismo solitário”, discutindo-se de seguida os temas “Planear o Futuro e diversificar”, considerando ainda os conceitos “smart city” e “smart island” para finalmente apresentar a conclusão.

TURISMO “SOLITÁRIO”

O setor de viagens e turismo é um setor económico chave para as ilhas em termos de criação de rendimento e geração de empregos. Efetivamente, muitas ilhas são altamente dependentes de receitas obtidas diretamente do turismo, ou de atividades relacionadas com esta indústria. Isto reflete-se também numa longa cadeia de valor que depende deste setor. O turismo é o maior captador de moeda estrangeira para muitas ilhas, concentrando-se principalmente em sistemas bióticos frágeis como praias, recifes e outros recursos costeiros que são frequentemente super-explorados como produtos turísticos.

No que diz respeito à Madeira, as viagens e turismo representam diretamente 26% do PIB, 30 por cento do emprego e 70 por cento do total das exportações de serviços. O quadro 2 mostra a evolução do setor na pequena ilha do Porto Santo na última década.

Quadro 2. Taxa líquida de ocupação-cama e REVPAR nos estabelecimentos de alojamento turístico por município, segundo os anos. Fonte: Estatísticas de Turismo da RAM, DREM.

Taxa líquida de ocupação-cama nos estabelecimentos de alojamento turístico por município, segundo os anos												
Região Município	Anos											
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
R. A. Madeira	63.2	54.8	51.4	56.7	52.8	57.3	58.6	61.5	66.2	66.2	62.4	58.0
Porto Santo	39.0	35.6	34.0	42.3	44.2	47.6	47.0	48.9	52.5	52.3	51.6	46.6
RevPAR nos estabelecimentos de alojamento turístico por município, segundo os anos												
												Unidade: Euros
Região Município	Anos											
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
R.A.Madeira	36.76	30.62	26.98	30.27	30.49	33.63	35.23	39.28	45.09	48.13	47.47	44.29
Porto Santo	28.80	26.48	23.87	26.71	29.35	29.35	29.99	35.73	39.66	40.21	40.80	38.62

O crescimento verificado nos últimos anos, fruto do aparecimento de mais 3 hotéis do grupo Pestana (o maior grupo hoteleiro português que apesar de ser madeirense ainda não tinha investimentos na Ilha dourada) com um reforço de alguns estabelecimentos ao nível do alojamento local bem como uma maior aposta na captação de voos diretos de mercados externos, nomeadamente Dinamarca, Itália, Reino Unido e Alemanha, permitiu aumentar o número de turistas na ilha e consequentemente taxas de ocupação e Revpar (revenue per available room) situação que ajudou a mitigar o problema da sazonalidade na ilha que passou a ter turistas distribuídos ao longo do ano e não apenas no verão como acontecia tradicionalmente.

Apesar do crescimento da indústria turística ser um facto positivo na Ilha do Porto Santo e de se saber que tal como acontece em outras ilhas o turismo é vital para as suas economias, também se sabe que as suas finanças, quando dependentes apenas de uma só indústria (no caso o turismo), encolherão com os impactos estimados das mudanças climáticas e outras contingências internacionais.

Contudo, pouco se tem feito para contrariar esta realidade. A título de exemplo, segundo o United Nations Environment Programme (UNEP) 2005, as ilhas do caribe estão localizadas entre as regiões mais vulneráveis do mundo no que respeita à intensidade, frequência e impacto crescente dos desastres naturais e ambientais e, portanto, enfrentam níveis económicos e sociais desproporcionalmente elevados. No caso das ilhas do Caribe, a população depende mais da renda do turismo do que de qualquer outra parte do mundo. Já em Cuba, o custo da inação nas mudanças climáticas pode ser ainda mais desanimador e segundo alguns estudos, pode perder 13% do seu PIB até 2050 e 30% até 2100.

Enunciam-se abaixo os Setores produtivos fortemente dependentes de sua base limitada de recursos naturais (por exemplo, agricultura, silvicultura, pesca, turismo) (UNEP 2005, UNFCCC 2007b):

- Suscetibilidade aos caprichos do comércio internacional.

- Altos custos de transporte e comunicação.
- Grave vulnerabilidade a eventos climáticos extremos e outros desastres naturais.
- Recursos de terra escassos.
- Aumentar as pressões sobre os recursos e ambientes costeiros e marinhos.
- Pequenos mercados domésticos.
- Capacidade limitada de desenvolver economias de escala.
- Alto conteúdo de importação (especialmente de importações estratégicas como alimentos e combustíveis).
- Limitadas possibilidades de diversificação econômica.
- Até que ponto a política de concorrência doméstica pode ser aplicada.
- Dependência de uma faixa estreita de produtos de exportação.
- Incapacidade de influenciar os preços internacionais.
- Incertezas de abastecimento devido ao afastamento ou insularidade.
- Mudança nos padrões de chuva e ciclones, tufões e furacões.

À parte dos efeitos do Covid 19, num número crescente de casos, os riscos estão relacionados especialmente com desastres naturais e episódios de clima extremo, que são proporcionalmente mais difíceis de prevenir e conter do que atividades prejudiciais e poluentes causadas pelo homem. O crescente número e intensidade dos desastres naturais, destaca a importância de estudar o comportamento pós-desastre dos turistas, a fim de aprimorar e promover práticas de gestão de risco e sobretudo pensar em atividades alternativas que possam suportar as ilhas quando o Turismo entra em colapso.

PLANEJAR O FUTURO E DIVERSIFICAR

Em primeiro lugar quando se fala de Planeamento da economia das ilhas é elementar adotar o modelo de sustentabilidade assente nos 3 pilares tradicionais: Social, económico e ambiental aos quais se acrescenta um quarto, o tecnológico. Em segundo lugar aceitar que os recursos da ilha são escassos e alguns de consumo intensivo.

Reagir ao facto de as ilhas serem altamente vulneráveis a fenómenos ambientais e socio-económicos, isto é, às variações dos mercados internacionais (que se relacionam com importações de bens e turistas) e sobretudo às alterações climáticas, implica uma planificação que seja capaz de responder rapidamente a esses fenómenos por forma a minimizar impactos negativos. Com os seus ecossistemas frágeis, as ilhas são altamente vulneráveis a e fenómenos induzidos globalmente, como a previsível subida do nível do mar, a poluição, nomeadamente marítima, provocada por acidentes de navegação e más práticas dos agentes marítimos.

As ilhas também enfrentam um risco maior de marginalização da economia global do que muitos outros países em desenvolvimento, como resultado de seu isolamento, pequeno tamanho e distância dos grandes mercados. Ou seja, o conceito de vulnerabilidade não está apenas relacionado com a fragilidade ecológica, e propensão a desastres naturais, mas também a fenómenos de mercado.

Apesar da maioria das ilhas serem maioritariamente importadoras, algumas são exportadoras de commodities individuais e também dependem das receitas de exportação. No caso da Madeira destaca-se o centro Internacional de negócios, um “offshore” que há uma década contribuía com quase 30% do PIB regional, e que depois de perder centenas de empresas por pressão da União Europeia, está em fase de recuperação.

Neste campo, nos planos de recuperação que possam vir a ser executados, não é de desconsiderar a pequena Ilha do Porto Santo como extensão dessa importante fonte de negócios. Pela sua beleza, fácil acessibilidade (dado o aeroporto ser mais seguro e viável do que o da Madeira) considerando que não seria necessário disponibilizar um grande espaço físico para instalação de empresas, reconhece-se aqui uma forte e simples possibilidade de diversificação e de reforço dos fluxos financeiros da ilha.

No que respeita à produção, muitas Ilhas caracterizam-se pela concentração das suas exportações em torno de uma limitada gama de produtos escoados para poucos mercados. Essa dependência externa aumenta sua vulnerabilidade a choques e ameaças económicas externas, contribuindo para a instabilidade dos postos de trabalho e do poder de compra dos residentes. Além disso, as Ilhas Atlânticas, partilham em comum de altos custos unitários de produção de bens e serviços resultantes de altos custos de transporte, geralmente monopolizado, que em nada contribuem para a colocação desses produtos nos mercados de consumo a preços competitivos. Os custos de importação e exportação de bens aumentam ainda mais devido aos longos períodos necessários para armazenar as mercadorias, devido à clara escassez de transporte aéreo e marítimo de/para as ilhas.

A nível Internacional, a falta de concorrência no mercado no transporte para comunidades insulares, de passageiros e particularmente de mercadorias, provoca um estrangulamento ao comércio externo pois reduz a possibilidade de exportar produtos perecíveis, sobretudo dos setores da agricultura e pesca.

Por outro lado, da reduzida dimensão das ilhas, em relação ao volume de comércio, resulta que as economias de escala são geralmente difíceis de concretizar e por isso não representam um negócio atrativo para mais do que uma transportadora.

Verifica-se também tendência para uma concentração de negócios de grupos económicos em muitas das suas indústrias, quer na produção, quer na distribuição das importações.

Mas a maior preocupação reside no facto de se verificar, em geral, uma grande concentração da atividade económica num só setor, no caso da Madeira e Porto Santo o Turismo!

Existem por isso, algumas reservas quanto á sustentabilidade do turismo enquanto mono indústria em muitas ilhas. Por isso, face à elevada vulnerabilidade, é necessário planear o futuro das ilhas de forma a torná-las mais resilientes e mais eficientes.

Inovar é a palavra de ordem, é necessário reinventar a economia, mesmo sem trazer nada de novo! Inovar pode passar pelo “regresso” às origens. Se atividades do setor primário, como a pesca e a agricultura foram em tempos o grande motor económico da Ilha do Porto Santo, perdendo importância, ao longo dos anos em favor do turismo, talvez seja tempo de pensar que a recuperação dessas atividades, utilizando práticas tecnologicamente avançadas e projetadas no âmbito de um plano transversal a toda a economia, possa ser o primeiro passo para a diversificação. O Próprio turismo, beneficiaria desses recursos, já que poderia absorver grande parte da produção local, evitando o abastecimento externo, agravado pelo custo do transporte e armazenagem atrás enunciados. De igual forma a população teria acesso a produtos mais frescos, mais baratos e seguramente com mais qualidade, gerando-se um impacto económico bem mais interessante do que é conhecido no momento.

Muito se tem falado de Economia Azul, o Mar com toda a sua dimensão e com toda a riqueza que contém, deve considerar muitas atividades para além da pesca, que também precisa de ser reinventada. Da indústria de aproveitamento e produção de algas para a indústria da cosmética, da recolha e produção de produtos derivados do Sal marinho á piscicultura e transformação de peixe e marisco, da “docagem” reparação e construção de embarcações de recreio e yates de grande porte à exploração de minérios e produtos sub aquáticos, sem esquecer as areias que com as suas características terapêuticas únicas e pouco aproveitadas para uma indústria milionária, pode configurar uma alternativa ao turismo, baseada num recurso quase inesgotável, o oceano !

Ou seja, não se pretende reduzir ou acabar o turismo, mas tão só reduzir a sua importância relativa na economia da Ilha e a sua dependência, permitindo que sejam equacionadas e apoiadas outras atividades/Indústrias que possam manter a sustentabilidade da ilha e salvaguardar a qualidade de vida dos cidadãos e da própria economia face às vulnerabilidades atrás enunciadas.

SMART TOURISM – SMART ISLANDS

O turismo, enquanto indústria com uso intenso de serviços, andou por muitas décadas de mãos dadas com a tecnologia e abraçou o potencial inerente aos seus mais recentes desenvolvimentos (Buhalis; Law, 2008). O que mudou significativamente é que a tecnologia não só se tornou parte integrante do turismo, como revolucionou a forma como as viagens são planeadas (Buhalis, 2003), os negócios são conduzidos (Buhalis; Licata, 2002) e os serviços e experiências de turismo são criados e consumidos (Stamboulis; Skayannis, 2003). Isso abriu novas oportunidades, desafios e potencial no campo do Turismo (Gretzel et al., 2006).

O conceito de Smart City representa um ambiente onde a tecnologia está embutida na cidade. Essa tecnologia gera cinergias com os componentes sociais da cidade para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e, ao mesmo tempo, melhorar a eficiência dos serviços da cidade, como a otimização do uso de energia e melhor monitoramento do tráfego (Vicini et al., 2012) e trata principalmente dos aspetos económicos e sociais de uma cidade num ambiente urbano sustentável.

O “smart tourism” oferece uma série de oportunidades para adotar um modelo de desenvolvimento cada vez mais ecológico e sustentável, sem negligenciar os requisitos de crescimento devido à adoção de tecnologias, de economia de matéria-prima e interfaces destino-turismo mediadas por TIC, questão de extrema importância na natureza dos destinos dependentes de turismo. Embora o crescente papel desempenhado pelos turistas, vistos como conhecedores de tecnologia, tenha sido devidamente reconhecido na literatura, um elemento crucial do ecossistema do turismo tem sido bastante negligenciado: o operador de pequeno e médio porte, neste caso uma pequena ilha, como é o caso da Ilha do Porto Santo.

Por esse motivo, julgamos que qualquer tentativa de adoção de uma postura de turismo inteligente deve ser precedida de uma análise e diagnóstico cuidadosos, das estruturas organizacionais operadas pelos intervenientes locais e das atitudes face à adoção de novas ferramentas TIC nos seus modelos de negócio.

A cidade inteligente tornou-se terreno comum para o discurso urbano, cujo princípio foi recebido com entusiasmo nos “mídia”, na esfera institucional e académica. Mas esta cidade ideal acarreta desafios consideráveis. Muitos desses obstáculos estão ligados às 6 dimensões ou pilares postulados pelo modelo: população, meio ambiente, mobilidade, economia, qualidade de vida e governança (Enerlis et al., 2012; Giffinger et al., 2007; Giffinger; Gudrun, 2010) Além disso, Smart City não pode ser definida sem um maior envolvimento dos cidadãos (smart people) (UDMS, 2017).

Mas como falamos de ilhas, mais adequado é o termo “Smart Island” que aparece no projeto “Smart Web services for Mediterranean Islands” (GISIG, 2014) com a seguinte definição: “é uma plataforma de integração desenvolvida que fornecerá aos utilizadores uma variedade de serviços da web padronizados numa interface 3D amigável como o Google Earth, desenvolvido especificamente para este propósito. Os serviços da web cobrirão vários aspetos da vida quotidiana, como Proteção Civil, Meio Ambiente, Simulação e Gestão de Incêndios Florestais, Turismo, Marketing, Estatística, Educação, Tours Virtuais, Previsão do Tempo em tempo Real, Transporte, etc.” A APP será disponibilizada para a comunidade de provedores de serviços, dando a capacidade de desenvolver serviços da web adicionais seguindo procedimentos padronizados, conforme descrito pela OGC”. O termo também foi usado no contexto do desenvolvimento de uma plataforma Smart-Islands para o apoio ao turismo (Di Staso et al., 2014). O projeto “Ilhas Inteligentes” é a continuação do parecer de iniciativa do Comité Económico e Social Europeu (CESE) sobre as Ilhas Inteligentes.

Embora o termo “smartification” se refira às mesmas técnicas, resultados, conceitos, software, dados etc. aplicados a cidades ou ilhas, a sua aplicação no processo de smartification pode ser bastante diferente quando aplicado em uma ilha. Ou seja, um conjunto de cidades / vilas intimamente relacionadas e de alguma forma isoladas do resto do mundo (conectadas apenas por rotas costeiras / marítimas e aéreas) e, talvez, rodeadas por um mar “azul” mais limpo, são de alguma forma “diferentes” de uma cidade (Pantazis et al., 2018). Este conceito está em linha com a “Iniciativa Ilhas Inteligentes”, um esforço ascendente das autoridades e comunidades insulares europeias que começou em 1993. Baseia-se em anos de colaboração entre as ilhas europeias e procura comunicar o potencial significativo das ilhas para funcionarem como laboratórios de inovação tecnológica, social, ambiental, económica e política.

A Iniciativa “Smart Islands” é inspirada nas Cidades e Comunidades Inteligentes - busca melhorar a vida nas ilhas por meio de soluções sustentáveis e integradas que aproveitam ao máximo as vantagens competitivas das ilhas.

Mais ainda, a Iniciativa Ilhas Inteligentes destaca o papel das ilhas na aceleração da transição da Europa para uma economia de baixo carbono, sustentável. De acordo com o site SmartIslandsinitiative.eu, o ISLENET foi a primeira rede de autoridades insulares a promover a energia sustentável e a gestão ambiental, fundada pelas Ilhas Ocidentais, Shetland, Orkney, Madeira, Açores e Ilhas Canárias.

O ISLENET opera sob a égide política da Comissão das Ilhas da Conferência das Regiões Marítimas Periféricas - CPMR. Após alguns eventos, em 2009, com o PROJETO ISLEPACT, a DG Energia lança um convite à apresentação de propostas convidando as parcerias insulares interessadas a apresentar propostas para o desenvolvimento de um “Pacto das Ilhas” vinculativo, em que as autoridades insulares comprometidas são convidadas a alcançar um mínimo de 20% de redução das emissões de CO₂ até 2020, através do desenvolvimento de Planos de Ação de Energia Sustentável (iSEAPs). O “Pacto das Ilhas”, iniciativa política das ilhas europeias, é oficialmente reconhecido pelo Parlamento Europeu como uma iniciativa da UE paralela ao Pacto de Autarcas.

Contando já com projetos consideráveis na área energética, a ilha do Porto Santo poderia facilmente adotar procedimentos na área da mobilidade (a pequena rede viária poderia ser reduzida apenas à utilização de veículos elétricos), lançar novos projetos de captação de água através do reforço e/ou novas instalações desalinizadoras e simultaneamente produtoras de energia, estes últimos, essenciais para o relançamento da atividade agrícola da ilha.

Considerando que a Ilha, deixaria de estar apenas dependente do turismo e da sazonalidade do negócio, tendo como âncoras outras atividades económicas, não só se reduziria a desertificação populacional da ilha como se poderiam atrair mais investidores que criando mais postos de trabalho, tornariam a ilha mais atrativa. Com isto a população cresce, origina e dinamiza focos de interesse, cultural e desportivo, promove-se a formação, enfim... reinventa-se a economia da pequena, mas singular ilha.

Seguindo os princípios enumerados, quem sabe, se a ilha do Porto Santo, pela sua posição geoestratégica, de reduzida dimensão, mas com amplos recursos naturais, pudesse ser uma espécie de projeto piloto de referência mundial!

CONCLUSÃO

Existem algumas reservas quanto á sustentabilidade do turismo enquanto mono indústria em muitas ilhas e particularmente na Ilha do Porto Santo. Por várias décadas, as preocupações conservacionistas de curto prazo foram vistas como primordiais face às preocupações de longo prazo e nunca se vislumbrou um modelo de governação capaz de aproveitar o tempo do progresso económico e dos generosos fundos comunitários para se investir num futuro menos dependente do turismo. Nesta altura, apesar das condições serem menos favoráveis, estamos muito a tempo de encarar esta circunstância do impacto económico do Covid 19 e da abrupta quebra do turismo, como um sinal dos tempos para se promover a mudança. Antes que seja tarde, a retração desta (ou o seu ajustamento) ainda pode funcionar como pressão positiva para trilhar novos percursos no sentido da diversificação económica.

Não se pretende reduzir ou acabar o turismo, mas tão só reduzir a sua importância relativa na economia da Ilha e a sua dependência, permitindo que sejam equacionadas e apoiadas outras atividades/Indústrias que possam manter a sustentabilidade da ilha e salvaguardar a qualidade de vida dos cidadãos e da própria economia face às vulnerabilidades atrás enunciadas.

Inovar é a palavra de ordem, é necessário reinventar a economia, mesmo sem trazer nada de novo! Inovar pode passar pelo “regresso” às origens. Se atividades do setor primário, como a pesca e a agricultura foram em tempos o grande motor económico da Ilha do Porto Santo, perdendo importância, ao longo dos anos em favor do turismo, talvez seja tempo de pensar que a recuperação dessas atividades, utilizando práticas tecnologicamente avançadas e projetadas no âmbito de um plano transversal a toda a economia possa ser o primeiro passo para a diversificação.

O Mar, e toda a riqueza que contém para além da pesca deve ser considerado. Da indústria de aproveitamento e produção de algas para a indústria da cosmética, da recolha e produção de produtos derivados do Sal marinho á piscicultura e transformação de peixe e marisco, da “docagem” reparação e construção de embarcações de recreio e yates de grande porte à exploração de minérios e produtos sub aquáticos, sem esquecer as areias que com as suas características terapêuticas únicas e pouco aproveitadas para uma indústria milionária, pode configurar uma alternativa ao turismo, baseada num recurso quase inesgotável, o oceano !

Atendendo ás características da ilha e dos negócios que integram o Centro internacional de Negócios da Zona Franca da Madeira deve ser considerada a inclusão da Ilha do Porto Santo como extensão.

Além disso, julgamos que a Ilha pode replicar a iniciativa “Smart Islands” inspirada nas Cidades e Comunidades Inteligentes que procura melhorar a vida nas ilhas por meio de soluções sustentáveis e integradas que aproveitam ao máximo as vantagens competitivas das ilhas. Garantidamente há muitas vantagens competitivas no Porto Santo algumas já identificadas, mas que sósão uteis se as soubermos aproveitar.

A Iniciativa “Smart Islands” destaca o papel das ilhas na aceleração da transição da Europa para uma economia de baixo carbono, sustentável.

Seguindo os princípios enumerados, quem sabe a ilha do Porto Santo, pela sua posição geoestratégica, de reduzida dimensão, mas com amplos recursos naturais, pudesse ser uma espécie de projeto piloto de uma “smart Island” referência mundial!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Buhalis D (2003). eTourism: Information technology for strategic tourism management. London: Pearson Education.
- Buhalis et al. (2002). The Future eTourism intermediaries *Tourism Management*, 23: 207-220.
- Buhalis D, Law R (2008). Progress in information technology and tourism management: 20 years on and 10 years after the internet: The state of eTourism research. *Tourism nagement*, 29(4): 609–623
- Di Staso et al. (2014). Smart-Islands: Enhancing User Experience for Mediterranean Islands for Tourism Support. DOI: 10.1007/978-3-319-07626-3_21.
- Enerlis et al. (2012): Libro Blanco de Smart Cities. Madrid: Imprintia European Commission (EC): Communication from the Commission on Smart Cities and Communities – European Innovation Partnership. Brussels, C(2012) 4701 Final (10-07-2012)
- Giffinger et al. (2007). Smart cities. Ranking of European medium-sized cities. Final Report edited by the Centre of Regional Science (SRF), Vienna University of Technology, Vienna.
- Giffinger R, Gudrun H (2010). Smart cities ranking: An effective instrument for the positioning of the cities? *ACE: Architecture, City and Environment*, 4(12): 7–26.
- GISIG (2014) Geographical Information systems international group. Project “Smart Web services for Mediterranean Islands” <http://www.gisig.eu/smart-islands-2/>
- Gretzel et al. (2000). Preparing for the New Economy: Advertising Strategies and Change in Destination Marketing Organizations. *Journal of Travel Research - J TRAVEL RES.* 39: 146-156. DOI: 10.1177/004728750003900204.
- Gretzel et al. (2006). Searching for the Future: Challenges Faced by Destination Marketing Organizations. *Journal of Travel Research - J Travel Res.* 45: 116-126. DOI: 10.1177/0047287506291598.

- Machado et al. (2012). “Natural Disasters in Touristic Destinations: The Case of Portuguese Islands
“Natural Disasters: Prevention, Risk Factors and Management. Biljana R et al. (eds.) Nova Science
Publishers, Inc. NY Chapter ID: _9303_ 2012
- Okuyama T (2018). Analysis of optimal timing of tourism demand recovery policies from natural disaster
using the contingent behavior method. *Tourism Management* 64: 37-54.
- Pantazis et al. (2018). Smart Sustainable Islands vs. Smart Sustainable Cities, *ISPRS Ann. Photogramm.
Remote Sens. Spatial Inf. Sci.*, IV-4/W3: 45-53
- Stamboulis Y, Skayannis P (2003). Innovation Strategies and Technology for Experience-Based Tourism.
Tourism Management. 24: 35-43. DOI: 10.1016/S0261-5177(02)00047-X.
- UDMS (2017). Urban Data Management Society, ISPRS and the University of Split, Second International
Conference on Smart Data and Smart Cities, Puebla/Mexico 4 a 7 Out 2017.
- Vicini et al. (2012). How to co-create internet of things-enabled services for smarter cities. SMART 2012,
The First International Conference on Smart Systems, 55-61.

ÍNDICE REMISSIVO

A

acessibilidade, 30, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88
adaptações, 59, 85, 86, 115
atrativos, 8, 54, 55, 64, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 92, 98, 102, 108, 109, 118, 121, 123, 125, 135

B

barreiras arquitetônicas, 79, 84
Brasília, 21, 76, 77, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 145

C

Comunicação, 55, 140, 145, 146, 148, 151, 156, 157
comunidade, 7, 9, 13, 17, 20, 32, 80, 101, 115, 117, 130, 131, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 147, 155, 156
cultura, 8, 9, 10, 17, 21, 51, 54, 67, 86, 88, 115, 118, 132, 133, 134, 141, 142, 144, 147, 148, 149, 153, 156

D

desenvolvimento sustentável, 11, 59, 62, 93, 109, 110, 111, 112, 115, 116
Destinos Turísticos Inteligentes, 55, 64, 73
Distrito Federal, 77, 88
diversificação econômica, 27, 34

E

eventos culturais, 9, 10, 76, 133, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156

F

feira, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 132

G

gestão de eventos, 145, 146, 149, 150, 154, 155, 156
gestão pública, 73, 95, 102, 103, 143

governança, 32, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 107, 127

I

ilhas atlânticas, 25
indicadores de sustentabilidade, 110, 112, 120
Itaúnas, 7, 8, 11, 13, 14, 15, 16, 19, 20

L

lazer, 54, 76, 77, 81, 84, 86, 108, 110, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 155

M

mapa do turismo, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 100, 102, 103, 105
memória, 13, 16, 37, 40
Minas Gerais, 37, 39, 49, 52, 87, 107

O

organização pública, 146, 150, 151, 154, 155, 156

P

patrimônio, 9, 10, 11, 20, 21, 22, 37, 39, 50, 51, 77, 129, 131, 133, 134, 135, 139, 140, 143
patrimônio imaterial, 10, 20
Pessoa com Deficiência, 78, 82, 87
Porto Santo, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33
povos indígenas, 37, 46, 50

R

ranqueamento, 84, 85

S

São Bernardo, 129, 130, 136, 139, 140, 141
sindicatos, 53, 55, 58, 68, 69

T

Tocantins, 89, 90, 91, 98, 99, 100, 101, 106, 108

turismo, 7, 9, 10, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 31, 32,
33, 34, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64,
65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77,
78, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93,
94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104,
105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113,

114, 116, 121, 125, 127, 128, 129, 130, 131,
133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143,
144, 145, 146, 147, 148, 150, 154, 155, 156,
157
turismo cultural, 9, 10, 129
Turismo Sustentável, 86, 112, 113

SOBRE A ORGANIZADORA

Queila Pahim da Silva



Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico nas áreas de Turismo, Hospitalidade e Lazer no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012); Especialista em Planejamento e Consultoria Turística pela Faculdade Estácio de Sá RN (2009); Bacharel em Turismo pela Faculdade de Ciências Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (2005) e técnica de Guia de Turismo pelo SENAC RN (2005). Atua nas áreas de formação de professores para a educação bilíngue de Surdos, educação de Surdos e oratória para ouvintes. Participa dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagens (GECAL) da Universidade de Brasília, Comunidade Escolar: Encontros e Diálogos Educativos da Universidade Católica de Brasília e Ensino de Libras - Língua Brasileira de Sinais do Instituto Federal de Brasília. Faz parte do corpo editorial da Pantanal Editora.

O turismo é uma atividade econômica, social, cultural, ambiental e política que se consolidou como fenômeno social em todo o mundo e que acarreta profundas transformações no cotidiano das pessoas e do meio ambiente. Deste modo, é imprescindível conhecer e refletir sobre seus inúmeros desafios e potencialidades e para fomentar esta análise, esta obra apresenta trabalhos acadêmicos de autores de várias partes do Brasil e de Portugal, que trazem seu olhar sobre questões inerentes à atividade turística num contexto anterior e corrente da pandemia do novo coronavírus, abordando temas como cultura, religiosidade, preservação de patrimônio natural e imaterial, governança, destinos inteligentes, política pública do mapa da turismo brasileiro, acessibilidade e gestão de eventos culturais em uma organização pública.

ISBN 978-658831941-3



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br